

Nº . 019

N.º de Ordem	Dia e Mês	T R A N S C R I Ç Ã O	ANOTAÇÕES E AVERBAÇÕES
		a Sociedade. EXTINÇÃO: a sociedade poderá ser dissolvida pela Assembléia Geral, por decisão de dois terços dos sócios presentes. PATRIMÔNIO: em caso de dissolução, o patrimônio da sociedade não será destinado uma vez que pertence à Paróquia e consequentemente à Mitra Diocesana. SÓCIOS: Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações da sociedade. DOE190791. Registro Anterior: Número 04, fls. 01 verso, do Livro A-1, em 20 de Julho de 1957, do Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Guaporé, RS.- JOSE CARLOS PICINI Oficial.	para o seguinte art. 27º - deixando de cumprir a finalidade pela qual foi organizada, em caso de dissolução o patrimônio do Hospital / será destinado a uma entidade congênere, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou a Entidade - continua às fls. 32, 1º A-1, desse Ofício.
039	29.11	Registro, por extrato, dos Estatutos do / CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS SINUELO DA SERRA, dos quais cópia fica aqui arquivada, apresentado e requerido por seu Patrão Romi Antonio Camargo Scheffer, brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado na Av. Arthur Oscar, nesta cidade, apontado no Livro A-1, às fls. 039, sob nº 341, em 22 de novembro de 1991, como segue: EXTRATO DOS ESTATUTOS DO CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS SINUELO DA SERRA. Denominação: CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS SINUELO DA SERRA; Sede: no Galpão Vinte de Setembro, à Av. Miguel Soccol, 3046, na cidade de Serafina Corrêa; FINS: Cultuar as tradições no RGS, estudar sua história, suas lendas e costumes; cooperar com as autoridades e entidades públicas e particulares nas comemorações cívico-patriótico-culturais; PRAZO DE DURAÇÃO: Indeterminado; ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: Assembléia-Geral, Diretoria e Invernadas. REPRESENTAÇÃO: O Patrão representa o CTO oficial, extra-oficial, judicial e extrajudicialmente. REFORMA DOS ESTATUTOS: O Estatuto é reformável, no todo ou em parte, pela Assembléia Geral, convocada extraordinariamente para tal fim. A dissolução se dará por assembléia geral extraordinária, com aprovação da maioria. Se dissolvida, o patrimônio será doado à entidade congênere em Serafina Corrêa. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade. Romi A.C./Scheffer, Patrão. D.O.E/RS 04.11.1991. Dos Estatutos consta o visto do Bel. Antonio Rampanelli, OAB/RS 6.427. Registro Anterior: Livro A-1, fls. 011, nº 021, em 26 de maio de 1989, desse Ofício, com o nome de Grupo de Artes Nativas Sinuelo da Serra. Dou fe. Serafina Corrêa, 29 de novembro de 1991. JOSE Carlos Picini Oficial.	Ar. 1-039-05.02.20010. Just. 2711, 1º A-3, fls. 15, em 05.02.10. Alteração de Diretoria: De acordo com requerimento datado de 11.01.2010 e ata nº 01/2009 aqui arquivados, certifico que a mesa diretoria do Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo da Serra, foi eleita para o biênio 2009 a 2011. Dou fe. Serafina Corrêa, 05/02/10. José Carlos Picini: Oficial. R.º 13,60 - 0264.05.100006 - 00517-24.040. Ar. 2-039-05.02.2010. Just. 2711, 1º A-3, fls. 15, em 05.02.10. Alteração de Estatuto: De acordo com requerimento datado de 11.01.2010, anexo fls. 15, do Diretor (Patrão) Sr. Romi Antonio Scheffer, acompanhado dos seguintes documentos: atas nº 01/2009 de alteração da Diretoria e nº 12/2009 de aprovação de alteração de estatuto; comprovante de inscrição no CNPJ; Certificação de Regularidade de FGTS; Escritura Conjunta Legítima de Direitos Relativos ao INSS e aos termos do artigo 237 da Constituição que a pessoa jurídica a que se refere o presente alvará, tem seu estatuto alterado, conforme documentação aqui arquivada. Dou fe. Serafina Corrêa, 05/02/10. José Carlos Picini: Oficial. R.º 13,60 - 0264.05.100006 - 00517-24.040.

SERVIÇO REGISTRAL
de Serafina Corrêa
Comarca de Guaporé - RS
REGISTRO DE IMOVEIS
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
TABELIONATO DE PROTESTOS CAMBIAIS
Bel. José Carlos Picini - Oficial
E-mail: carlonpicini@net11.com.br
Av. Arthur Oscar, 1355-F (541) 3444-1005
Serafina Corrêa - RS

Emolumentos: Total: R\$ 20,70 + R\$ 4,20 = R\$ 24,90
Certidão PJ: R\$ 8,30 (0264.01.1600007.01922 = R\$ 1,40)
Busca: R\$ 7,90 (0264.01.1600007.01924 = R\$ 1,40)
Processamento eletrônico: R\$ 4,50 (0264.01.1600007.01923 = R\$ 1,40)

Nada mais consta. O referido é verdade dou fé art. 19. da lei 6015).
Serafina Corrêa, RS, 24/03/2017.

JOSÉ CARLOS PICINI - OFICIAL REGISTRADOR

Este documento confere com o original:

CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS (CTG) SINUELO DA SERRA

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

CAPÍTULO I

DA ASSOCIAÇÃO, SEDE, FUNDAÇÃO, PRAZO, FINALIDADES E REPRESENTAÇÃO.

Art. 1º. A associação, sem fins lucrativos, denomina-se "Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo da Serra", fundado em 20 de abril de 1985, por prazo indeterminado, tem sua sede e foro jurídico nesta cidade de Serafina Correa, RS, na Avenida Miguel Soccol, nº 1834, e tem por finalidades:

I – zelar e preservar a cultura do Rio Grande do Sul, representada por suas tradições, história e folclore, tendo como primado maior a "Carta de Princípios" do Movimento Tradicionalista Gaúcho;

II – congregar, na associação, núcleos familiares.

Art. 2º. A Associação não se vinculará a qualquer atividade de cunho político-partidário, e nem permitirá quaisquer espécies de discriminação de cunho racial, social ou religioso.

Art. 3º. A Associação será representada judicial e extrajudicialmente, pelo seu Presidente (Patrão), o qual poderá nomear procurador ou representante para atos específicos.

CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO E RECEITAS

Art. 4º. Os bens da associação serão constituídos por todos os imóveis, móveis, direitos, ações e utensílios que possua ou venha a possuir.

Art. 5º. As fontes de recursos para manutenção da associação serão formadas por pagamentos de mensalidades e contribuições de associados, doações, legados, taxas e comissões que venham a ser aprovadas pela Diretoria (Patronagem).

Art. 6º. Em caso de extinção da associação, o seu patrimônio, após o pagamento dos eventuais compromissos existentes, será destinado a outra instituição congênere, com personalidade jurídica.

CAPITULO III

DAS CATEGORIAS, OBRIGAÇÕES, DIREITOS, VANTAGENS, REQUISITOS DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO.

Art. 7º. A associação possuirá as seguintes categorias de associados:

- I. Fundadores: constituída pelas pessoas que assinaram a ata de fundação do CTG;
- II. Beneméritos, que se subdividem em:
 - a) Patrão de Honra: constituída por todos os ex-patrões do CTG;
 - b) Peão ou Prenda de Honra: constituída por quaisquer pessoas, associadas ou não, que tenham prestado relevantes serviços ao CTG.
- III. Patrimoniais: constituída por quaisquer pessoas que adquirirem quotas destinadas à aquisição de bens próprios da associação;
- IV. Contribuintes: constituída por quaisquer pessoas que paguem contribuições mensais à associação.

Art. 8º. Os associados não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais do CTG.

Art. 9º. São requisitos para admissão de associados, além da maioridade civil:

- I. Categoria Fundadores: ter assinado a ata de fundação do CTG;
- II. Categoria Beneméritos:
 - a) Patrão de Honra: ter exercido pelo menos um mandato completo como Patrão do CTG;
 - b) Peão ou Prenda de Honra: ter sido indicada pela Patronagem e aprovado pela Assembléia Geral;
- III. Categoria Patrimonial: ter adquirido e quitado no mínimo uma quota destinada à aquisição de bens próprios da associação, conforme condições definidas pela Assembléia Geral;
- IV. Categoria Contribuintes: ter sua proposta de associado aprovada pela Diretoria da Associação (Patronagem).

Art. 10. São requisitos para a demissão de associados:

- I. ter sido condenado por prática de crime infamante;
- II. ter conduta incompatível com os princípios e finalidades da associação;
- III. ter descumprido as obrigações perante a associação.

Art. 11. É requisito para a exclusão de associados, a existência de justa causa.

Parágrafo único: Somente ocorrerá a exclusão do associado, por decisão da Diretoria, após o exercício do direito de defesa do associado.

Art. 12. Todas as admissões e demissões de associados serão de competência da Diretoria (Patronagem) da associação, respeitado o disposto no artigo 9º e 10º.

Art. 13. Ao associado demitido ou excluído é assegurado o direito de recurso, por escrito, à Assembléia Geral, no prazo de cinco dias a contar da ciência da demissão. O recurso deverá ser protocolado junto à secretaria do CTG (associação).

Art. 14. São direitos dos associados:

- I. participar de todas as atividades promovidas pelo CTG, usufruindo dos benefícios que a associação vier a proporcionar;
- II. votar e ser votado na Assembléia Geral, respeitado o Capítulo V;
- III. apresentar por escrito à Patronagem (Diretoria) ou à Assembléia Geral, todas as sugestões que julgar de utilidade para a associação.

Parágrafo único: Os cônjuges e os filhos menores dos associados gozarão dos mesmos direitos dos associados titulares, exceto o previsto no item 'II' do 'caput'.

Art. 15. São deveres dos associados:

- I. acatar as decisões dos órgãos de administração da associação;
- II. cumprir e zelar pelo cumprimento dos presentes estatutos;
- III. satisfazer os pagamentos das contribuições que vierem a ser fixadas em Assembléia, para a correspondente categoria de associado;
- IV. zelar pelo patrimônio moral e material do CTG;
- V. manter os dados cadastrais atualizados junto à secretaria do CTG;
- VI. abster-se de assumir compromissos ou tomar atitudes em nome do CTG sem prévia autorização da Patronagem (Diretoria) do mesmo.

Art. 16. São vantagens especiais:

- I. para a categoria de associados fundadores e beneméritos:
 - a) isenção de mensalidades;
 - b) descontos de 50% (cinquenta por cento) em quaisquer eventos promovidos pela associação em que haja cobrança de ingressos;
- II. para a categoria de associados patrimoniais:
 - a) desconto de 50% (cinquenta por cento) nas mensalidades e em quaisquer eventos promovidos pela associação em que haja cobrança de ingressos;

Seção II

DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 17. Os associados e os colaboradores estarão sujeitos a aplicação de sanções disciplinares, por descumprimento ao disposto nestes Estatutos ou descumprimento de normas e ordens legais emanadas das instâncias administrativas do CTG, conforme segue:

- I. Advertência por escrito;
- II. Suspensão dos direitos sociais por até noventa dias;
- III. Sujeição à indenização;
- IV. Exclusão do quadro social ou dos registros, conforme o caso.

§ 1º - As penalidades serão aplicadas pela Patronagem, nas hipóteses dos incisos I, II, III;

§ 2º - A aplicação da penalidade do inciso IV compete à Assembléia Geral no caso de associado e ao Patrão no caso de colaborador.

§ 3º - Ao acusado será assegurado amplo direito de defesa.

§ 4º - O Associado Titular responderá disciplinarmente por seus dependentes.

§ 5º - A aplicação das penalidades sempre será comunicada por escrito ao acusado ou ao responsável.

§ 6º - A perda temporária dos direitos sociais, não exime o associado ao cumprimento dos deveres para com a Entidade.

CAPITULO IV

DOS COLABORADORES

Art. 18. São colaboradores da associação todas as pessoas que, cadastradas junto à secretaria do CTG, de suas atividades participem.

Parágrafo único - A Patronagem estabelecerá o valor das contribuições a que estarão sujeitos os colaboradores, quando for o caso.

Art. 19. Aos colaboradores fica assegurado o direito de participar das atividades dos diversos departamentos do CTG desde que atendam às regras específicas de cada departamento (invernada).

Parágrafo único — Os direitos e deveres dos colaboradores se estendem aos seus dependentes (cônjuge e filhos menores).

CAPITULO V

DA ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CTG

Art. 20. São órgãos da administração:

- I. Assembléia Geral;
- II. Junta Fiscal (Conselho de Vaqueanos);
- III. Diretoria (Patronagem);
- IV. Departamentos (invernadas).

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 21. A Assembléia Geral é o órgão de deliberação máxima da associação, composta por todos os associados no pleno gozo de seus direitos, competindo-lhe:

- I. eleger a Diretoria (Patronagem);
- II. destituir a Diretoria (Patronagem);
- III. eleger a Junta Fiscal (Conselho de Vaqueanos);
- IV. destituir a Junta Fiscal (Conselho de Vaqueanos);
- V. aprovar as contas da associação após parecer da Junta Fiscal;
- VI. alterar os estatutos diante de proposta da Diretoria;
- VII. julgar os recursos interpostos em caso de demissão de associados;
- VIII. aprovar a indicação de "Peão ou Prenda de Honra";
- IX. definir as condições para inclusão de associados na categoria patrimonial;

- X. decidir pela extinção da associação, quando inviável a continuação de suas atividades.

§ 1º. Para as deliberações a que se referem os itens II, IV, VI e X, é exigido o voto correspondente a 2/3 dos presentes à Assembléia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

§ 2º. Para as deliberações não especificadas no parágrafo anterior, as decisões serão tomadas pela maioria absoluta dos presentes.

Art. 22. A Assembléia Geral se reunirá, ordinariamente, uma vez por ano, sempre no segundo trimestre, para aprovação de contas e eleição dos membros dos órgãos da administração, quando for o caso, e extraordinariamente sempre que for convocada pelo Patrão ou por no mínimo 1/5 dos associados em pleno gozo de seus direitos.

Art. 23. A Assembléia será convocada por edital exposto em lugar público com antecedência mínima de quinze dias, ou por carta dirigida aos associados.

Art. 24. A Assembléia Geral será presidida pelo Patrão do CTG, ou, quando convocada pelos associados, por um associado escolhido pela própria Assembléia.

SEÇÃO II DA JUNTA FISCAL (CONSELHO DE VAQUEANOS)

Art. 25. A Junta Fiscal (Conselho de Vaqueanos), com mandato de dois anos, é o órgão fiscalizador das atividades da associação, competindo-lhe, especialmente, emitir parecer sobre as contas apresentadas pela Diretoria (Patronagem).

Art. 26. A Junta Fiscal será composta por três membros titulares, os quais elegerão o Presidente da Junta Fiscal, e três membros suplentes, todos associados, eleitos pela Assembléia Geral, juntamente com a Patronagem (Diretoria), mas em chapa independente.

SEÇÃO III DA DIRETORIA (PATRONAGEM)

Art. 27. A Diretoria (Patronagem) é o órgão executivo da associação, com mandato de dois anos, eleita pela Assembléia Geral e composta pelos seguintes membros:

- I. Presidente (Patrão);
- II. Vice-presidente (Capataz Geral);
- III. Secretário (1º Sota-Capataz);
- IV. 2º Secretário (2º Sota-Capataz);
- V. 1º Tesoureiro (1º Agregado das Pilchas);

VI. 2º Tesoureiro (2º Agregado das Pilchas).

Art. 28. Compete ao Presidente (Patrão):

- I. representar a associação judicial e extrajudicialmente, ou nomear procurador ou representante sempre que necessário;
- II. convocar e presidir as reuniões da associação e as Assembléias Gerais por ele convocadas;
- III. assinar com o Secretário (Sota-Capataz) os documentos da associação;
- IV. assinar com o Tesoureiro (Agregado das Pilchas) os documentos fiscais e financeiros da associação;
- V. nomear e destituir os Diretores (Capatazes) de Departamentos (Invernadas);
- VI. autorizar todas as despesas da associação, juntamente com o Tesoureiro (Agregado das Pilchas).

Art. 29. Compete ao Vice-presidente (Capataz Geral):

- I. substituir ao patrão nos seus impedimentos e sempre que for designado para o representar;
- II. supervisionar as atividades dos Departamentos (Invernadas) colaborando com os diretores (capatazes), para o cumprimento das tarefas que lhes estiverem afeitas.

Art. 30. Compete ao 1º Sota-capataz (Secretário):

- I. manter sob sua guarda os arquivos, atas, correspondências e demais documentos de secretaria;
- II. elaborar e assinar com o Patrão as correspondências externas;
- III. manter atualizado o cadastro dos associados e dos colaboradores;
- IV. secretariar as reuniões da Patronagem e as Assembléias Gerais, elaborando as respectivas atas.

Art. 31. Compete ao 2º Sota-capataz (Secretário):

- I. substituir o 1º Sota-capataz nos seus impedimentos;
- II. auxiliar o 1º Sota-capataz nas tarefas que lhe estiverem afeitas.

Art. 32. Compete ao 1º Agregado das Pilchas (Tesoureiro):

- I. manter organizados e sob sua guarda os arquivos e documentos fiscais do CTG;

- II. elaborar os balancetes regulares e o balanço geral do CTG;
- III. assinar com o Patrão os cheques e demais documentos financeiros do CTG.

Art. 33. Compele ao 2º Agregado das Pilchas (Tesoureiro):

- I. substituir o 1º Agregado das Pilchas nos seus impedimentos;
- II. auxiliar o 1º Agregado das Pilchas nas tarefas que lhe estiverem afeitas.

SEÇÃO IV DOS DEPARTAMENTOS (INVERNADAS)

Art. 34. Os Departamentos {invernadas} são estruturas administrativas, com regimentos internos próprios, dirigidos por capatazes, de livre nomeação da Patronagem. Cada capataz poderá escolher seus auxiliares.

Art. 35. São invernadas do CTG:

- I. Invernada Artística;
- II. Invernada Cultural;
- III. Invernada Campeira;
- IV. Invernada do Patrimônio;
- V. Invernada dos Esportes.

Parágrafo único - A patronagem poderá criar ou extinguir invernadas, de acordo com seu plano de gestão, devendo tal plano ser submetido à aprovação da Assembléia Geral.

Art. 36. Constituem Invernadas Especiais, os grupos de trabalho constituídos para a realização de atividades específicas, com duração e competências determinadas pela Patronagem.

CAPITULO V

DAS ELEIÇÕES

Art. 37. São cargos eletivos do CTG, os membros do Conselho de Vaqueanos e os membros da Patronagem, que serão eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de dois anos.

Art. 38. As eleições serão conduzidas por uma Comissão Eleitoral, nomeada pelo Patrão, a quem cabe receber as inscrições das chapas que concorrerão a Patronagem e as que concorrerão ao Conselho de Vaqueanos, até 24 horas antes da data marcada para a realização da Assembléia Geral.

Art. 39. Terão direito a voto, nas eleições, os associados titulares das categorias fundadores, patrimoniais, contribuintes e Patrão de Honra, desde que tenham capacidade jurídica, nos moldes da legislação brasileira vigente, possuam carteira tradicionalista e estejam em dia com suas contribuições junto ao CTG.

Art. 40. Poderão ser votados, os associados titulares e os dependentes maiores, que estejam em dia com suas obrigações para com o CTG e que não estejam no período de cumprimento de sanção disciplinar.

Parágrafo único - O cargo de Patrão do CTG é privativo de associado titular.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. Este estatuto estará em vigor após a assinatura de todos os presentes à Assembléia que o aprova.

Art. 42. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.


Patrão
Nereu Hilário Rossetto

Visto: Adilso Antonio Zanella
OAB/RS 37821

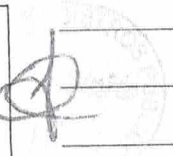
a família Sabalaghi. O dia 15 de dezembro foi a
data para a posse desta licença. O resultado
foi: Raissa (menor) 30/08/09, Ana Laura 30/03/09
Raissa 21/02/11, Mirim Lara 16/05/11, Ana Julia
11/08/14, Salentina 17/04/15. Sendo assim o resultado
foi: Primeira Prêmio Mirim Lara Sofia Perera
com 16 pontos, Ana Julia Perera com 08 pontos,
Segunda Prêmio Mirim, Terceira Prêmio Mirim
Salentina Kletke com 08 pontos, Primeira Prêmio Juvenil
Renata Meneguizzi Andreana 16 pontos, Segunda Prêmio
Juvenil Ana Laura Fernandes 10 pontos, Terceira Prêmio
Juvenil Thaina (Kallista) Kallinski com 10 pontos. Sendo
assim ficou a festa Cultural de Prêmios e Prêmio de Cultura
e Tradição Juvenil. A reunião foi realizada no dia 15 de
dezembro para o momento da posse. A posse foi realizada
pela família Sabalaghi. Os membros da Comissão foram:
de Oliveira, Charles Santos Silva.

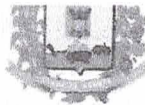
Em tempo a Comissão organizadora foi composta por
Charles Santos Silva, Igor Ricardo de Oliveira e
pelo foi elaborado por Numa Bone Ronetto.

Ata 137/2024

nos vinte e dois dias do mês de Setembro de dois mil e vinte
quatro nos dependências do Conselho Municipal de
Cultura e Turismo, reuniram-se todos os membros
do Conselho Municipal de Cultura e Turismo para a reunião de
trabalho para o ano de 2024/2026. A reunião foi
realizada no dia 15 de Setembro de 2024, às 14h30, com
a presença dos membros do Conselho Municipal de Cultura e Turismo
e dos membros da Comissão Organizadora. A reunião foi
presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Cultura e Turismo,
e teve como pauta a discussão da proposta de trabalho para o ano de 2024/2026.
A reunião foi realizada no dia 15 de Setembro de 2024, às 14h30, com
a presença dos membros do Conselho Municipal de Cultura e Turismo
e dos membros da Comissão Organizadora. A reunião foi
presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Cultura e Turismo,
e teve como pauta a discussão da proposta de trabalho para o ano de 2024/2026.

O Sr. Tenente Paulo e o Conselho Fiscal do MGOH:
naí flos fez o nome conduziem a abitura da
nblis. Na ocasião o Tenente Manoel Ciani
sentou a portador de contas para a apreciação no plenário
foi apresentado ao Conselho Fiscal, e aprovado por unimi-
e por todos, na ocasião teve a palavra os candidatos
- explanar seus projetos. Adotou-se o seguinte: o Sr. Alexandre
62 votos para Alexandre Tenente e Idealdo Pereira
31 votos. Então a carta eleitora ficou composta
Patrias Alexandre Tenente, vice patrias Amadeo Bodin
cantaria Amadeo Marques, 2º Secretaria Elzete de
a, 1º Tenente Manoel Ciani 2º Tenente Manoel
sotto, o Conselho Fiscal ficou composto por: Elvando
de ^{Suplente} ~~Alcides~~ Jaspim, ~~Elvando~~ Luciane Ricentin, Roberto
ortali e Vandeli Maranhão Suplentes. Com a Palavra o
Sr. Elvando Jaspim. Alexandre Antonio Tenente, agradeceu a
os os presentes e a confiança de todos. Foi votada
de do Cfg Simulo da Sêna está em sede na
- Lindo Pardofo, 600, Bairro Santa Sofia
ão. Todos os minutas estão em Anexo rene
mento. Logo após esta foi lida minada por meio
Paulo Marques 1º Secretaria, Manoel Flores Amelher
rtg e pelo Coordenador do 1º RT Tenente Gabano
presidente da Comissão Eleitoral Alexandre ~~(assinatura)~~
uf. ~~(assinatura)~~ Idem ~~(assinatura)~~ ^{Lute} ~~(assinatura)~~ ^{placando del. exp. hile}
em tempo de minicidria a carta concorrente foi
erru com o atual patrias foi composta por
valdo Pereira patrias, Gilvini Camargo Vice Patrias,
enamento Jovane Meneguette, 2º Tenente Valdecir
erki, 1º Secretaria Eliane Paula Almeida, 2º Secretaria
ia Kaziminski.





PREFEITURA MUNICIPAL DE
Serafina Corrêa

TERMO DE CESSÃO DE USO

CEDENTE: MUNICÍPIO DE SERAFINA CORRÊA – RS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 88.597.984/0001-80, com sede administrativa na Avenida 25 de Julho, nº 202, Centro, Serafina Corrêa, RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Valdir Bianchet, inscrito no CPF sob nº 412.657.340-20, doravante denominado CEDENTE.

CESSIONÁRIO: CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS SINUELO DA SERRA, associação privada, inscrita no CNPJ sob o nº 92.895.747/0001-73, neste ato representada por seu Presidente, Alexandre Antônio Tremea, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 694.781.150-49, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CESSIONÁRIO.

As partes acima qualificadas, com fundamento na Lei Municipal nº 4.228, de 1º de dezembro de 2023, e na Lei Municipal nº 4.256, de 19 de dezembro de 2023, firmam o presente termo de cessão de uso, de acordo com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão de uso do imóvel público denominado "Centro de Convenções Nilo Silvestrin", localizado na Rua Lindo Pandolfo, nº 600, Bairro Santin, Serafina Corrêa – RS, matriculado sob nº 12.109, do registro de imóveis deste Município, com uma área de 1.746,94m² (mil setecentos e quarenta e seis metros quadrados e noventa e quatro centímetros quadrados) e uma edificação de 627,37m² (seiscentos e vinte e sete metros quadrados e trinta e sete centímetros quadrados), ao CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS SINUELO DA SERRA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A cessão de uso de que trata essa Lei será pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de assinatura do presente termo, podendo ser rescindida unilateralmente por qualquer das partes com comunicação prévia de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

São obrigações do cessionário:

- I - realizar a manutenção do local, que consiste em efetuar a limpeza constante do terreno e da edificação;
- II - arcar com as despesas de água e energia elétrica;
- III - efetuar pequenos reparos no imóvel que não consistam em manutenção estrutural;
- IV - comunicar o Cedente imediatamente sobre qualquer tipo de avaria que, por ventura, acometa o imóvel;
- V - não realizar nenhum tipo de benfeitoria ou construção sem a prévia anuência do Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Serafina Corrêa

VI - somente utilizar o local para a realização de atividades que estejam previstas no seu Estatuto Social, sendo que qualquer atividade extraordinária caracterizará inadimplemento contratual, podendo ensejar na rescisão do presente termo;

VII - disponibilizar o local objeto desta cessão de uso ao Município sempre que requerido, com prazo mínimo de cinco dias, para que este realize qualquer tipo de atividade a ser promovida pela Administração;

Subcláusula Primeira: As benfeitorias ou construções autorizadas pelo Município, mesmo que efetuadas às expensas do Cessionário, permanecerão alocadas ao imóvel ao término do contrato celebrado entre as partes, mesmo em caso de rescisão unilateral, sem direito a qualquer indenização ao cessionário.

Subcláusula Segunda: Em caso de disponibilidade do local objeto da cessão nos termos do item VII desta cláusula, o Município arcará com as despesas de manutenção do imóvel.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

O cedente se responsabilizará pela manutenção estrutural da edificação construída.

CLÁUSULA QUINTA – DO FISCAL

Cabe ao CEDENTE intervir em eventuais irregularidades, designando o servidor municipal NOIMAR PIEROSAN, matrícula nº 2447, como responsável pela fiscalização do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaporé-RS para dirimir eventuais dúvidas no cumprimento do presente termo.

E, por estarem de acordo, firmam as partes o presente termo, em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos legais.

Serafina Corrêa, 21 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE SERAFINA CORRÊA

Valdir Bianchet

Prefeito Municipal

CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS SINUELO DA SERRA

Alexandre Antônio Tremea

Presidente

Testemunhas:

Nome:

RG: 7602048753

Nome:

RG: 7077458979



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 92.895.747/0001-73 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 29/07/1991</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL
CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS SINUELO DA SERRA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
R JOSE FRANCIOSI

NÚMERO
510

COMPLEMENTO

CEP
99.250-000

BAIRRO/DISTRITO
SANTIN

MUNICÍPIO
SERAFINA CORREA

UF
RS

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(54) 9966-2226

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 29/05/2025 às 11:11:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Nome: **CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS SINUELO DA SERRA**

CNPJ base: **92.895.747/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **29 dias do mês de MAIO do ano de 2025**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 27/7/2025.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **35229328**
Autenticação: **45588802**





MUNICIPIO DE SERAFINA CORREA

MUNICIPIO DE SERAFINA CORREA

Av. 25 de Julho, 202 - Centro - Serafina Corrêa

CNPJ: 88.597.984/0001-80



CERTIDÃO NEGATIVA

DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Código de Cadastro

000002009

Contribuinte

CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS SINUELO DA SERRA

Logradouro

RUA JOSE FRANCIOSI

Bairro

SANTIN

Cidade

SERAFINA CORREA

CPF/CNPJ

92.895.747/0001-73

Número

510

Complemento

CENTRO DE EVENTOS

CEP

99250000

UF

RS

Certificamos, para os devidos fins, que consultando o cadastro de tributos Municipais nesta data, que não foram localizados débitos relacionados ao sujeito passivo supra referido e multas ambientais, ficando reservado o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, nos termos do artigo 149 da Lei Federal nº 5.172 de 25.10.1996 - Código Tributário Nacional.

CERTIDÃO AUTÊNTICA.

Emitida às 11:13:04 do dia 29/05/2025

Válida até 27/08/2025

Código de Controle da Certidão/Número 7612B6438959EBD0

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS SINUELO DA SERRA
CNPJ: 92.895.747/0001-73

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 20:47:43 do dia 20/03/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/09/2025.

Código de controle da certidão: **2F7B.9A80.AAB3.3803**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS SINUELO DA SERRA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 92.895.747/0001-73

Certidão nº: 29706119/2025

Expedição: 29/05/2025, às 11:13:59

Validade: 25/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS SINUELO DA SERRA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **92.895.747/0001-73**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 92.895.747/0001-73
Razão Social: CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS SINUELO DA SERRA
Endereço: RUA JOSE FRANCIOSI 510 / SANTIN / SERAFINA CORREA / RS / 99250-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/06/2025 a 15/07/2025

Certificação Número: 2025061604230588832057

Informação obtida em 23/06/2025 07:31:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Alvará

MTG RS-2025-20999

O Movimento Tradicionalista Gaúcho certifica que CTG SINUELO DA SERRA, entidade Plena da 11ª RT, tendo cumprido as exigências estatutárias do MTG, está matriculada no seu quadro de filiados sob o nº 1370, achando-se habilitada a funcionar como entidade tradicionalista, pelo que lhe concede o presente certificado de regularidade de situação relativo ao ano de 2025.

Valido até 31/12/2025

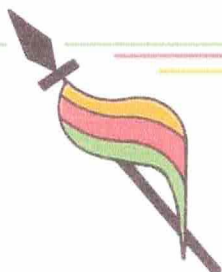


ALESSANDRO GRADASCHI
Presidente

ANA AMÉLIA FALABRETTE RIGO
Secretário(a)

Data outorga: 06/01/2025. Data emissão: 18/02/2025 09:52:24

Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG-RS
Rua Guilherme Schell, 60 | Porto Alegre | RS | Fone: (51) 3223-5194



Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo da Serra

Serafina Corrêa - RS

O Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo da Serra ,
inscrito no CNPJ de nº92.2895747/0001-73, através do
seu representante legal o Patrão , Sr. Alexandre Antonio
Tremea , vem declarar que seus dirigentes e sua
organização não se submetem em qualquer das vedações
previstas pelo art. 39 da lei federal nº 13.019/2014.

Atenciosamente

Alexandre Antonio Tremea
Patrão do Ctg Sinuelo da Serra



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Serafina Corrêa

DECLARAÇÃO

A Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Serafina Corrêa – RS, DECLARA para os devidos fins, que a **Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo da Serra**, inscrita no CNPJ nº 92.895.747.0001/73, com sede na Rua Lindo Pandolfo, nº 600, Bairro Santin, Serafina Corrêa-RS, na cidade de Serafina Corrêa, RS:

a) Implementa as condições previstas no artigo 44 e atende os requisitos estabelecidos na Seção VII do Capítulo IV da Lei Municipal nº 4.352, de 25 de setembro de 2024, que *“Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025”*; e

b) Não tem nenhuma pendência relativa a prestações de contas de recursos anteriormente recebidos no âmbito de parcerias ou instrumentos congêneres.

Esta declaração é expedida para os devidos fins e efeitos legais.

Serafina Corrêa, RS, 23 de junho de 2025.

Rogério Reolon
Secretaria Municipal de Fazenda



Serafina Corrêa
Cuidar das pessoas é transformar o futuro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Avenida 25 de Julho, 202 - Cx. Postal, 11 - CEP: 99250-000 | Serafina Corrêa / RS
Tel./Fax: (54) 3444.8100 | CNPJ: 88.597.984/0001-80 | www.serafinacorreia.rs.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Serafina Corrêa

Ao Excelentíssimo Senhor
Daniel Morandi
Prefeito Municipal
Serafina Corrêa – RS

Nos termos do disposto no artigo 2º, *caput*, da Ordem de Serviço nº 02/2022, **aprovo** o Plano de Trabalho datado de 30 de maio de 2025, protocolado sob nº 1144/2025, em 02/06/2025, apresentado pela **Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo da Serra**, inscrita no CNPJ nº 92.895.747.0001/73, por entender que o projeto atende ao interesse público e social. Ressalta-se, contudo, que os valores a serem transferidos à entidade pelo Município estarão condicionados aos repasses recebidos da emenda impositiva.

Data: 23/06/2025

Secretaria responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Responsável pela pasta: Fernanda Tapparo


Fernanda Tapparo



Serafina Corrêa
Cuidar das pessoas é transformar o futuro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Avenida 25 de Julho, 202 - Cx. Postal, II - CEP: 99250-000 | Serafina Corrêa / RS
Tel./Fax: (54) 3444.8100 | CNPJ: 88.597.984/0001-80 | www.serafinacorreia.rs.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Serafina Corrêa

RELATÓRIO

Na qualidade de Assessor de Controle Prestação de Contas, Convênios e Auxílios, a servidor Livia dos Santos Souza Vivian, matrícula 2740, em atenção à Lei nº 13.019/2014, faz-se a análise do expediente recebido em 02/06/2025, protocolado sob o nº 1147/2025.

Foi realizada a verificação da documentação apresentada pelo Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo da Serra que postula o repasse no valor de R\$ 24.000,00 oriundo de Emenda Impositiva, o pagamento será feito em parcela única, para execução das atividades descritas no Plano de Trabalho.

O Plano de Trabalho apresentado pela entidade foi submetido à análise e aprovado em 23/06/2025, pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, por entender que os valores e/ou auxílios pretendidos são adequados às despesas do projeto apresentado, e por entender que o projeto possui interesse público e social.

Nos demais aspectos relativos ao Plano de Trabalho apresentado, verificou-se que a entidade fez constar no documento, nos termos do artigo 22 da Lei nº 13.019/2014:

- a) A descrição da realidade que será o objeto da parceria;
- b) A descrição de metas a serem atingidas e das atividades a serem executadas;
- c) A forma de execução das atividades;
- d) A definição dos parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas;
- e) Contrapartida mensurável.

Verificou-se ainda, que:

- A entidade proponente se enquadra no artigo 2º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;
- O Estatuto Social da entidade preenche os requisitos contidos no artigo 33 da Lei nº 13.019/2014;
- Os documentos que foram apresentados estão de acordo com o artigo 21 do Decreto Municipal nº 438/2017.

Nos termos do caput do artigo 31, inciso II, da Lei nº 13.019/2014, o chamamento público é inexigível quando *“a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária {...}”*.



Serafina Corrêa
Cuidar das pessoas é transformar o futuro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Avenida 25 de Julho, 202 - Cx. Postal, 11 - CEP: 99250-000 | Serafina Corrêa / RS
Tel./Fax: (54) 3444.8100 | CNPJ: 88.597.984/0001-80 | www.serafinacorreia.rs.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Serafina Corrêa

Em consonância com o disposto no artigo 19, inciso II, da Lei nº 13.019/2014, caso a Administração Pública entender que há interesse público na celebração da parceria, entende-se que se encontra em condições de ser processada.

Cumpre aclarar que a análise, restringe-se exclusivamente aos aspectos documentais, excluídos quaisquer aspectos jurídicos, decisórios, econômicos ou discricionários.

Diante do exposto, cumpridos os requisitos legais, aprovo o expediente e encaminho ao Prefeito Municipal para os devidos encaminhamentos.

Serafina Corrêa, 23 de junho de 2025.

Lívia dos Santos Souza Vivian

Assessor de Controle Prestação de Contas, Convênios e Auxílios



Serafina Corrêa
Cuidar das pessoas é transformar o futuro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Avenida 25 de Julho, 202 - Cx. Postal, 11 - CEP: 99250-000 | Serafina Corrêa / RS
Tel./Fax: (54) 3444.8100 | CNPJ: 88.597.984/0001-80 | www.serafinacorreia.rs.gov.br